

Universidade
Luterana
do Brasil



Reitor
Ruben Eugen Becker
Vice-Reitor
Leandro Eugênio Becker

EDITORA DA ULBRA
Diretor
Geraldo Huff

Conselho Editorial
Aldoir Rigoni
Almo Dauber Menezes
Darlei Güenter
Ely Carlos Petry
Íride Cristófoli Caberlon
Leandro Eugênio Becker
Mônica Beatriz Corrêa Meyer Russomano
Nestor L. J. Beck
Osmar Rufatto
Pedro Menegat
Silvana Lehenbauer
Sirlei Dias Gomes

Rua Miguel Tostes, 101 - Bairro São Luís
Telefone: (051) 477.4000 - Ramal 355
Fax: (051) 477.1313
Cx.P. 124 - Canoas/RS
CEP: 92420-280

OS ALEMÃES NO SUL DO BRASIL

cultura - etnicidade - história

Adhemar L. da Silva Jr.	Loiva Otero Félix
Airton Luiz Jungblut	Lúcio Kreutz
Antonio M. V. Sanseverino	Marcos Justo Tramontini
Arthur Blasio Rambo	Maria Angélica Zubaran
Cristina Scheibe Wolff	Maria B. Ramos Flores
Evangelia Aravanis	Neiva Otero Schäffer
Giralda Seyferth	Regina Weber
Günter Weimer	René E. Gertz
	Sandra Jatahy Pesavento

Organizadoras

Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos



Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí

REGINA WEBER

Por que, em certo momento, a existência de grupamentos étnicos numa cidade do interior do Rio Grande do Sul constituiu-se naquilo que pode ser denominado uma "questão étnica"? Como pode ser visto pela história do município, Ijuí formou-se num contexto interétnico;¹ entretanto, determinados grupos étnicos, os alemães especificamente, só aparecem como um

problema, diagnosticado por autoridades públicas e debatido pela imprensa, quando algumas mudanças estão se processando no País. Nesse modo de ver, a questão étnica está estreitamente ligada à questão da nacionalidade, isto é, os imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil tornam-se um problema quando o que está em causa é a "brasilidade".

Este ensaio é, em parte, um estudo de caso (Ijuí) de um processo que atingiu os estados do sul do País durante o Estado Novo (1937-1945), conhecido como "campanha de nacionalização" (ver T. Müller, 1994). Perpassando brevemente a "Vila Ijuhy", o texto percorre aspectos da vida social ijuicense nos anos 20 e início dos 30, acompanha os efeitos do movimento nacionalizante do Estado Novo e, por fim, os reflexos da guerra mundial na localidade.²

Alguns discursos presentes no cenário

¹A "Colônia Ijuhy" foi fundada no ano de 1890 pelo governo estadual e passou a ser ocupada por imigrantes de várias procedências: poloneses, italianos, austríacos, suecos, letos e também por migrantes das "colônias velhas" (do vale do rio Jacuí), principalmente teuto-brasileiros. É esse conglomerado de teuto-russos, austríacos, teuto-brasileiros, teuto-poloneses, teuto-húngaros, teuto-romenos que deu a Ijuí a aparência de uma colônia "alemã", apesar da diferença de origens desses grupos. Elementos libaneses também imigraram no início da colonização. Por outro lado, pouco se sabe acerca dos antigos povoadores da região de Ijuí, os caboclos (luso-brasileiros ou mestiços), que ali viviam há mais de 40 anos antes da fundação da colônia, mas não eram proprietários de terras. Sobre essas informações, ver: M. Fischer, 1987; J. Roche, 1969 (p. 186); J. Callai, 1987 (p. 9).

²Nos anos 30, já está em curso um incipiente processo de industrialização e assiste-se à formação dos primeiros sindicatos patronais e de trabalhadores (ver R. Weber, 1987). A população do município, elevado à categoria de cidade em 1934, ainda é predominantemente rural: em 1932, a população urbana equivale a 9% de um total de 37.000 habitantes e em 1940 corresponde a 14% de 42.000 habitantes (ver Lazzarotto, 1977).



O caixeiro-viajante. - O vendista é obrigado à permanência no seu torrão. Seu intermediário com o mundo comercial distante é o caixeiro-viajante. É geralmente um homem na casa dos quarenta, na altura mediana da vida, a fim de resistir às canseiras de viagens que duram meses a seguir, um homem de confiança de sua firma. Ele traz as amostras para encomendas e organiza o transporte da mercadoria. Volta periodicamente. É ele por excelência, o portador de novidades em toda parte, por isto também conhecido por toda gente.

ijuiense das décadas em estudo não são novos e precisam ser remetidos a outros que certamente lhes forneceram a inspiração, seja para defesa, seja para contraposição. Segundo Giralda Seyfert, é possível distinguir dois discursos em cena, nas décadas da virada do século, que têm em vista a Região Sul do País: um discurso que afirma uma etnicidade teuto-brasileira e outro, em caminho contrário, que propõe a assimilação da população imigrante (Seyfert, 1989).

A preocupação com a "assimilação", no sentido de "abrasileiramento", já existia no discurso imigrantista brasileiro de meados do século XIX e a polêmica quanto à imigração alemã estava polarizada entre os argumentos que apontavam o seu sucesso econômico nos Estados Unidos, por um lado, e sua resistência à assimilação - não apenas no sentido social e cultural, mas também de miscigenação -, por outro. É a emergência da Alemanha unificada como potência imperialista, após a vitória na guerra franco-prussiana de 1871, que introduz no debate a idéia do "perigo alemão" e foram principalmente os Estados Unidos que alardearam a possibilidade da ocupação do sul do Brasil pela Alemanha, facilitada pela presença da população germânica. A repercussão dessas discussões no País precisa ser entendida em seu contexto: nesse final de século, é o momento em que "o ideal brasileiro de nação assume, de modo mais radical, o viés assimilacionista" (p.127). O "caldeamento" ou "fusão" das raças era pregada pela "doutrina do branqueamento", que baseava-se em doutrinas raciais deterministas com estatuto científico (darwinismo social), em voga na Europa e nos Estados Unidos, que apregoavam a superioridade das raças brancas. Construindo sua própria utopia racista, os autores brasileiros acreditavam que pela miscigenação, tida como degenerativa pelas teorias

racistas, as "raças inferiores" tenderiam ao desaparecimento, pois o elemento branco é que predominaria. Nesse ideário, os alemães, avessos ao caldeamento, tornam-se incômodos, e Sylvio Romero, o primeiro a sistematizar a doutrina do branqueamento a partir de 1888, vai defender a imigração lusitana e italiana e criticar o "enquistamento étnico" dos alemães no início deste século.

Entretentes, nesse mesmo final do século XIX, a parcela ascendente de uma população de origem alemã, que estava concentrada e relativamente isolada nas colônias, passou "a reivindicar seus plenos direitos de cidadania, ao mesmo tempo que reafirmava seus valores étnicos como *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros)" (p.124). Essa categoria de identificação étnica destacava, por um lado, o pertencimento étnico/nacional (*Deutsch*) e, por outro, o pertencimento ao Estado brasileiro através da incorporação da cidadania (*Brasilianer*). Uma ideologia étnica, o *Deutschtum* (germanidade, germanismo) "era veiculada tanto através das associações e das escolas, como das inúmeras publicações periódicas editadas em língua alemã - como os jornais e almanaques" (p.117), ressaltando o pioneirismo do colono e o papel civilizador do imigrante alemão ao mesmo tempo que afirmava uma nacionalidade herdada pelo sangue e perpetuada pela manutenção de valores étnicos e culturais. Portanto, pregando a integração ao Estado brasileiro, mas não à Nação brasileira, o *Deutschtum* divergia da concepção de nação elaborada pelos nacionalistas brasileiros. O conflito foi, contudo, maior com aquilo que G. Seyfert denomina "versão pangermanista" do *Deutschtum*. Criada em 1891 por um grupo de nacionalistas alemães, a Liga Pangermanica assumiu uma proposta expansionista,

baseada seja na idéia de superioridade da raça alemã (mito ariano), seja na velha (do início do século) tese do espaço vital; pretendendo mobilizar as populações do sul do Brasil, o pangermanismo propôs a categoria do *Auslanddeutsche* (alemão no estrangeiro), que contrariava a noção de *Deutschbrasilianer*, pois descartava inclusive a vinculação ao Brasil através da cidadania. A influência do pangermanismo entre os teuto-brasileiros foi bastante restrita, mas contribuiu, o que é muito compreensível, para exacerbar a crença no "perigo alemão".

Assim, o *Deutschtum* e o discurso sobre o branqueamento (discurso assimilacionista; proposta de uma "raça brasileira") eram ambas ideologias baseadas em preconceitos racistas; eram, no entanto, "irredutíveis" entre si e, por isso, "o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, portanto, foi particularmente complicado para a população de origem alemã concentrada no sul do país" (p.136). Mas a vigência dessas idéias não se restringe a esse período e, como observa a autora, algumas propostas de Romero para a assimilação à força dos "germânicos" serão adotadas durante a campanha de nacionalização do Estado Novo.³ Certos pensamentos divulgados em Ijuí lembram as idéias acima examinadas; este ensaio se detém principalmente nos momentos de avanço na execução de um ideário nacionalista que tem em mira a população local não-assimilada.

Os alemães e o mosaico étnico local

Nos anos 20 da "Vila Ijuhy", torna-se fre-

³ Seyfert, 1989, p.149. A manifestação do *Deutschtum*, nos anos 30, no sul do País é analisada por René Gertz (1987, p.92-105).

quente, na imprensa local, a expressão "laboriosa" referida à população do município. Harmonia, disciplina, trabalho, pacatez são atributos repetidamente afirmados para a população do município, principalmente quando se trata de neutralizar disputas políticas, querelas com oposicionistas, críticas de outrem; e a figura que preenche exemplarmente essas virtudes é o descendente dos imigrantes alemães:

Passou-se, portanto, o primeiro século, o primeiro centenário em que esta raça inteligente, forte, industriosa e empreendedora começou a trazer para o nosso Estado o operoso concurso do seu labor progressista. (*Correio Serrano*, 22 out. 1924)⁴

A vida social do município assumia de certa forma os contornos étnicos de seus habitantes. No início dos anos 30, destacavam-se em Ijuí o Clube Ijuí, o Clube Alemão e o Clube Polonês. O Clube Ijuí, criado nas primeiras décadas do século, sobrevive até hoje, sem o brilho de outrora, quando era o mais "aris-

⁴ Um dos pressupostos do discurso étnico teuto-brasileiro é "a pretensa superioridade do trabalho alemão, que vincula o progresso das 'colônias' à manutenção da índole e da herança cultural e racial alemãs" (Seyfert, 1989, p.127; ver também Seyfert, 1982). Até que ponto o *Correio Serrano* é um dos veículos do *Deutschtum*? Em seus estudos sobre o assunto, Gertz utiliza trechos do *Serra Post*, editado pelos mesmos proprietários do *Correio Serrano*, para ilustrar a ideologia do germanismo (1991, p.33). (*Post* é um substantivo feminino em alemão, mas coloquialmente foi abrasileirado e aparece precedido pelo artigo masculino.) As pesquisas de uma estudante de jornalismo situam Robert Löw como influenciado por Koseritz e com um ideário que pretendia "tirar o colono do isolamento, através de sua elevação cultural e social" (V. Müller, p.53).

tocrático” da cidade. “Club Allemão” era a denominação usual da Liga (ou Sociedade) de Gymnastica e Cantores, que surgiu da fusão, em 1921, de três sociedades alemãs (de Agricultura, de Ginástica e de Cantores).⁵ Essa sociedade é a origem da atual SOGI (Sociedade Ginástica de Ijuí), local privilegiado da elite ijuense, caráter que não possuía na época. Já o Clube Polonês, antes mesmo da constituição dos primeiros sindicatos operários, para cujas reuniões cedia seu espaço, festejava o Primeiro de Maio (CS, 21 abr. 1932, p.3). Um cronista social, na coluna “A Vila” do *Correio Serrano*, nos dá um pitoresco quadro da vida social local, colorida por seus matizes étnicos:

Dispomos do Clube Ijuí onde a elite de nossa sociedade, tanto nacional como de outras origens unidos, passam horas agradáveis, não só sociais como esportivas; a laboriosa colônia alemã, também dispõe de um centro de reuniões, onde também diversas nacionalidades inclusive nossos patrícios se congregam em lindas diversões e cultivando esportes diversos, na maior harmonia e cordialidade; ultimamente a colônia polonesa, para conagração de seus naturais, inaugurou o lindo e espaçoso edifício. Dispomos não só na Vila como no município, a útil e unida colônia italiana, já numerosa, contando em seu seio membros de destaque e boas posses, que, apesar dessas circunstâncias, até o presente não lembrou-se de formar seu ponto de reunião, auxiliando também o embelezamento de nossa “urbs”. [CS, 12 maio 1932, p.1]

O mote da ausência de um clube dos italianos provocou a reação destes quando um cronista chega a afirmar que “os italianos, como

não têm clube, vão dançar nos outros”. No abaixo-assinado enviado ao *Correio Serrano*, subscrito, entre outros, por alguns notáveis de sobrenome italiano, é argumentado que a maioria do Clube Ijuí é constituída de “filhos de estrangeiros nascidos no Brasil”, como é o caso dos descendentes de italianos.⁶

Com o intuito de “fornecer alguns dados elucidativos sobre o fato da fusão das raças no nosso meio”, foi realizada “uma estatística completa de casamentos católicos realizados na Paróquia de Nossa Senhora da Natividade desde 1893 até 1932”, através de uma consulta no Arquivo Paroquial da Matriz. (CS, 19 ag. 1933, p.1). Os dados principais deste levantamento são reproduzidos a seguir:

Médias anuais de casamentos				
	1893-1902	1903-12	1913-22	1923-32
Pol./Pol.	88	139	217	211
Bras./Bras.	33	64	99	275
Ital./Ital.	27	70	116	256
Al./Al.	9	38	53	65
(mistos)				
Ital./Bras.	3	12	27	76
Ital./Al.	3	15	25	48
Al./Bras.	3	7	12	33
Ital./Pol.	2	9	3	15
Pol./Al.	12	5	6	4

⁶ Ver CS, 1932, n.20, p.3; 11 fev.1933, p.3; 8 mar. 1933. A motivação étnica na configuração da vida associativa municipal é retomada nos anos 80, quando é criada a Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI); na sua 4ª edição, em 1990, estavam presentes as etnias italiana, holandesa, polonesa, portuguesa, árabe, alemã, austríaca, afro-brasileira e leta (ver PROGRAMA, 1990).

Essa “estatística”, da forma como está apresentada, não permite muitas conclusões, pois não há dados da base populacional e, considerando o montante da população, os números contabilizados são bastante baixos; aí não estão, por exemplo, os casamentos realizados na Igreja Evangélica, onde se concentravam os alemães. De qualquer forma, acreditava-se, certamente considerando a presença de espanhóis e sírios, além dos quatro grupos citados, que havia um processo de miscigenação racial em Ijuí:

Dir-se-ia que a nossa comuna é um resumo do mundo étnico: um crisól em que se fundem indivíduos das mais variadas procedências, para formar uma raça unida que há de surgir dentro de poucas gerações. (CS, 6 set. 1933, p.1)

Nesse mosaico étnico, os alemães guardavam alguma singularidade, entre elas a manutenção da língua alemã, falada não apenas por estrangeiros propriamente ditos, mas também por descendentes de alemães. Em meados da década de 30, quando são criados os primeiros sindicatos e o Círculo Operário, organizado pela Igreja Católica, as reuniões dessas entidades precisam contar com “tradutores”:

Falando em seguida o presidente sobre a grande necessidade de todos os operários se sindicalizarem este mostrou as vantagens do

⁷ Livro de Atas do Círculo Operário de Ijuí, 5 jul. 1936. Ver também Atas do Sindicato Indústria e Comércio, 10 nov. 1935 e 2 ago. 1936. O movimento sindical ijuense estrutura-se no momento em que o Estado brasileiro está promovendo, com o apoio da Igreja Católica, o aparecimento de sindicatos corporativos (ver Barbian, 1991).
⁸ Ver CS, 5 dez. 1936, n.98 e 27 fev. 1937, n.17, p.1. Para René Gertz, a influência do Integralismo nos municípios de colonização alemã “foi muito menor do

sindicato perante a lei e das carteiras profissionais e a grande vantagem que lhes oferece o Círculo Operário de Ijuí, lendo depois o presidente o decreto que institui a carteira profissional em todo o território brasileiro e como houvesse alguns sócios que não compreenderam bem por serem estrangeiros este convidou o Snr. Henrique Schmidt para explicar-lhes em alemão os quais ficaram muito satisfeitos.⁷

A manifestação do Integralismo em Ijuí ainda não foi suficientemente estudada para que se possa avaliar o grau de envolvimento dos diferentes grupos étnicos no movimento. Nas notícias do núcleo ijuense da Ação Integralista Brasileira, aparecem nomes alemães e brasileiros como Kallfelz, Chaves, Brendler, Coelho, o que, por si só, espelha a composição étnica local. Antigos trabalhadores fabris, ao serem entrevistados, associam o Integralismo ao “hitlerismo” e ao Partido da Representação Popular; a associação com o nazismo quase sempre advém da semelhança dos rituais: uniformes, saudações, disciplina, passeatas.⁸

O Estado Novo e o surgimento do problema étnico

Através de artigos de jornais das cidades de maior porte do País, reproduzidos em ní-

que em geral se propalou” (1987, p.159). Quanto ao PRP, efetivamente alguns membros da antiga AIB local estavam na diretoria que funda seu Diretório em 1945 (ver CS, 21 nov. 1945, p.5).

⁹ Criado por Felinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal, logo no início do Estado Novo, o Serviço possuía mais de 1.300 jornais do interior ligados à sua rede, aos quais se remetiam as publicações, que eram distribuídas em quantidades de 10 ou 20 até 100 mil por todo o País (CS, 28 maio 1938, p.2).

vel local, de textos e discursos elaborados por ijuieenses, de visitantes que passavam pela cidade, e, principalmente, pela atuação do Serviço de Divulgação,⁹ os grandes temas do Estado Novo estavam presentes na cidade: a formação da raça brasileira, do homem nacional; o culto cívico da brasilidade; a valorização do trabalho e do trabalhador; a ênfase nos exercícios físicos. Deixando de ser apenas um discurso, vários aspectos desse ideário constituíram-se em práticas implementadas pelos notáveis e autoridades locais, e o que vai ser destacado aqui são seus pontos de convergência ou atrito com a cultura da população teuto-brasileira do município.

Em agosto de 1938, o *Correio Serrano* divulga uma entrevista do chefe estadual do Serviço de Nacionalização do Ensino, Ney Brito, ao jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre:

Um fenômeno curioso fui encontrar no município de Ijuí, cuja colonização é feita por três raças, alemães, poloneses e russos. Estes últimos falam o seu idioma e falam também o alemão, mas o português, nenhum deles! O brasileiro fica à margem! Si quer transacionar com os seus patrícios, tem de aprender o alemão. Casa de negócio em que não se fale este idioma, está condenada à falência!¹⁰

O “fenômeno curioso” constatado pelo chefe do Serviço de Nacionalização do Ensino fazia parte do cotidiano local, pois as casas comerciais tinham na população colonial, que era majoritária no município, sua maior clientela; para atendê-la eram necessários funcionários que falassem alemão, “idioma” do maior gru-

⁹ CS, 24 ag. 1938, p.1. Ney Brito, oficial da Diretoria da Instrução Pública, foi indicado para fiscalizar a execução do regulamento de nacionalização do ensino (CS, 1º jun. 1938, p.1).

po étnico de colonos, que englobava, é bem provável, os russos referidos. Ney Brito teve acesso a uma pesquisa sobre assimilação de raças, via casamentos nas paróquias católicas e protestantes, realizadas pelo subdelegado de polícia, Milton Dutra: “Do que ele já fez pude observar a parcela dos enlaces de brasileiro ou brasileira, com alemães natos de ambos os sexos, ou mesmo, de teuto-brasileiros. A cifra é ridícula!” (Idem).

Essa pesquisa de 1938, tomando também os dados da paróquia protestante, contradiz, portanto, o otimismo resultante da pesquisa anterior (1933), quanto à fusão das raças. A temática da integração étnico-nacional aparece em outra reportagem, a que comenta o discurso do médico Amadeu Ferreira Weimann, durante a instalação do Núcleo da Liga de Defesa Nacional em Ijuí, por ele presidido:

(...) abordou o problema máximo que a Liga terá de resolver: o da integração definitiva do colono à nossa nacionalidade; frizando que a atitude da Liga não será de choque, e sim de doutrinação. Disse da formação do homem nacional, aproveitando para tanto do contingente humano de nossa colonização heterogênea, que ainda não se realizou em definitivo, entretanto, com o esforço dos bons patriotas e a boa vontade do imigrante, será alcançado dentro do tempo mais próximo.¹¹

Personagem com ampla atuação na vida social da cidade até as décadas recentes, Ferreira Weimann foi um dos principais homens do Estado Novo em Ijuí. Instalou-se com

¹¹ CS, 24 ag. 1938, p.1. A origem da Liga de Defesa Nacional remonta à Primeira Guerra Mundial; desenvolveu-se e alcançou sua maior expansão “com a nova situação criada no Brasil” (CS, 10 set. 1938, p.3).

consultório médico na cidade em 1932 (CS, 1932, n.43 e 1932, n.2); católico praticante, apoiou a criação do Círculo Operário de Ijuí, oferecendo descontos em sua clínica aos associados (CS, 8 abr. 1936, p.1). Seu discurso, como presidente da Liga de Defesa Nacional, durante as comemorações do 7 de setembro de 1938, é um tributo à ideologia estadonovista. Justificou que não participou antes de movimentos públicos por causa do caráter desses, isto é, uma política de favores, sem doutrina, manipulada por grupos que se odiavam, até o momento em que Getúlio Vargas “com uma série de leis sadias, dentre as quais avulta a extinção de bandeiras, escudos, hinos estaduais, a extinção dos partidos políticos, a nacionalização do ensino, fez que com os brasileiros esquecessem os seus interesses pessoais e de grupos e olhassem mais alto para a pátria comum” (CS, 10 set. 1938, p.3). Segundo o orador, o processo psíquico de formação da nacionalidade brasileira está adiantado, pois já é possível distinguir uma “alma brasileira”; porém o tipo físico comum ainda não existe, porque o caldeamento ainda se processa. É justamente no estímulo ao entrelaçamento das raças, “principalmente entre brasileiros e descendentes de estrangeiros”, que a Liga pretende atuar e um dos meios para isso é atividade esportiva: “pela difusão do esporte contribuiremos para tornar uma realidade efetiva a eugeniização da raça” (Idem).

Segundo Giralda Seyfert, a doutrina eugenista foi “outro modismo europeu de grande repercussão no Brasil” (Seyfert,

¹² “Do número de imigrantes de raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade” (Amaral, 1978, p.136; texto original de 1938).

1989, p.133). Weimann e outros dão eco às palavras de Azevedo do Amaral, teórico do Estado Novo e defensor da tese do branqueamento.¹² Porém outras concepções do “homem nacional” estavam presentes na cidade, como a defendida pelo jovem subdelegado Milton Dutra, “aprovado no recente concurso para a Polícia de Carreira” e orientador dos fins da Liga, cujo inspirador era Alberto Torres:

Da ebulição formidável de raças e etnias que se desenvolvem em nosso País, há de surgir o homem novo para o triunfo de seus destinos, afim de implantar no mundo uma civilização nova: sem ódios de classe, sem preconceitos de raça, e, sobretudo, sem inimizades internacionais (...). o homem brasileiro não acreditará em superioridades de raça, ele saberá notar as maiores ou menores oportunidades que tiverem umas etnias em relação a outras...¹³

Sob os auspícios da recém-criada Liga de Defesa Nacional, o “Dia da Pátria” é comemorado em 7 de setembro de 1938, com a participação, na passeata cívica, dos colégios locais, do Tiro de Guerra, da Brigada Militar, dos Sindicatos e do Círculo Operário (CS, 24 ag. 1938, p.1). Mesmo em Cadeado, o distrito com maior concentração de descendentes de alemães, “quiz um grupo de homens de boa vontade organizar nesta Vila, pela primeira vez, a comemoração de Sete de Setembro, com uma festa em que se cultue o nome do Brasil e a data de sua Independência” (CS, 10 set. 1938,

¹³ CS, 14 set. 1938, p.2; ver também CS, 24 ag. 1938, p.1. A obra de Alberto Torres, que faleceu em 1917, foi reeditada nos anos 30; para esse autor não existem raças superiores, e “vícios de educação” explicam diferenças entre os novos colonos e o “tipo brasileiro” (Torres, 1978, p.113).

p.2). O orador explicitou a necessidade de colonos e brasileiros, descendentes de estrangeiros, participarem dessa manifestação de civismo e amor pelo Brasil.

As manifestações patrióticas estão presentes em outros anos e em outros eventos. A Festa do Trigo realiza-se “num ambiente de pura brasilidade” (CS, 28 jun. 1939); no Dia do Agricultor, a Liga de Defesa Nacional publica um apelo nacionalista cujo alvo são os colonos estrangeiros e seus filhos:

Ouve, pois, o brado de tua Pátria; ergue teu pensamento para a imagem deste Brasil amado, e não olvides jamais o carinho com que fostes acolhido(...) Agricultor ijuicense, o BRASIL ACIMA DE TUDO! (CS, 24 jul. 1940, p.1).

Além da L.D.N., o Departamento Municipal de Propaganda e Educação Cívica atua em prol da brasilidade, organizando comemorações no “Dia do Trabalho” e divulgando discursos do presidente e do prefeito municipal.¹⁴ Este instala no paço municipal uma biblioteca pública, onde se encontra a Coleção Brasileira, “repositório notável da mentalidade de autores nacionais e de conhecimentos generalizados sobre o Brasil” (ALBUM, 1940, s.p.). Em 1940, aparece o jornal *O Nacionalista*, “órgão de Difusão e Defesa do Regime” (CS, 1940, n.43), cuja finalidade é “desenvolver uma campanha nacionalista e cujo programa visará despertar nas gentes de origem estrangeira o sentimento pátrio, tão necessário,

¹⁴ CS, 11 set. 1940, p.3 e 28 abr. 1943, p.6. O Grêmio Ijuicense de Letras também aderiu ao coro nacionalista; seus membros publicavam artigos e poesias que exaltavam Vargas e o Estado Novo (ver Acker e Almeida da Silva, 1990).

principalmente em zonas como esta” (ALBUM, 1940, s.p.). Evento anual típico do período, o Congresso de Brasilidade tem sua quarta edição comemorada em Ijuí no feriado da Proclamação da República “com a presença de grande número de povo” (CS, 18 nov. 1944, p.5). A Comissão Executiva do festejo garantiu a pompa dos rituais: edifícios embandeirados, hasteamento da Bandeira, banda, missa, discursos, cartazes, hinos, poesias, etc..

Foi visto que a exaltação da laboriosidade da população ijuicense era freqüente nos anos 20, com destaque para o papel dos alemães. Ainda em 1934, um artigo associa os hábitos de trabalho ao fato da maioria da população ser de origem alemã ou polonesa (CS, 10 nov. 1934, p.1). Nos anos seguintes, antes mesmo do Estado Novo, artigos valorizando o operário e o trabalho aparecem na ocasião da data de 1º de Maio (CS, 2 maio 1935, p.1 e 29 abr. 1936, p.1). Mas é o Estado Novo que transforma o “Dia do Trabalho” em grandes comemorações cívicas (CS, 1º maio 1940, p.1 e 3 maio 1941, p.1).¹⁵

No periódico local, são reproduzidos ou comentados discursos de Getúlio Vargas ou do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, pronunciados, por exemplo, na “Hora do Brasil”, cuja tônica principal é a harmonização dos interesses do capital e do trabalho no País. Em Ijuí, como não poderia deixar de ser, também reinava a harmonia entre empregados e empregadores.¹⁶

¹⁵ Nem sempre é possível saber o público que comparecia a essas manifestações e a quem eram dirigidos os discursos; para o ano de 1943, o articulista fornece essa informação, ao lamentar a reduzida presença de empregados e empregadores na comemoração (CS, 5 maio 1943, p.6).

Durante o Estado Novo, a associação Ijuí/Trabalho sedimenta-se indelevelmente. Depois de ser seguidamente chamado de “Cidade do Trabalho”, o município recebe, em 1944, o cognome de “Colmeia do Trabalho” (CS, 1944, n.82).

Sintetizando a ideologia política de valorização do trabalho e do trabalhador nacional, Ângela de Castro Gomes refere-se ao trabalhador brasileiro como o “homem novo” construído pelo Estado Novo (Gomes, 1982).

A valorização dos exercícios físicos também antecede o Estado Novo. Instituída no Estado “pela direção suprema da instrução pública, com o objeto de cultivar a educação pública” (CS, 14 out. 1933, p.1), a Semana da Raça foi comemorada em Ijuí com exibições de centenas de escolares uniformizados; no entanto se lamentou que “a população e a sociedade ijuicense não tenha atendido com mais desvelo ao convite” (CS, 11 out. 1933, p.2). Vários médicos proferiram palestras, uma delas versou sobre “a educação física como fator de ordem e disciplina”:

Não vão os meus conhecimentos até o campo das atividades desportivas ou atléticas, nem à moderna ciência da eugenia. Reconheço-as, porém, como fundamental para a melhoria dos nossos tipos étnicos, não só por criar tipos raciais fisicamente ou antropológicamente perfeitos, senão porque daí advém a melhoria das condições morais e intelectuais do indivíduo...(CS, 1933, n.82 p.1)

¹⁶ Ver CS, 4 nov. 1939, p.1; 1940, ns. 35 e 48; 1941, n.2; 1942, n.40, p.1; 28 abr. 1943, p.6 e 1943, n.40. Para Alcir Lenharo, tais argumentos “explicitavam o intento fulcral da política do Estado Novo: a despolitização da sociedade e, em particular, da classe operária” (Lenharo, 1986, p.23).

A data em que esse evento ocorreu em Ijuí pode revelar sua fonte de inspiração: 1933 é o ano em que se iniciou, na Alemanha nazista, a política de massificação do esporte (Lenharo, 1986, p.81). Weimann, em seu discurso, comenta a prática de esportes na Grécia e Roma antigas e, saltando para “nossa época”, sugere olhar para a Alemanha e Itália (CS, 18 out. 1933, p.1).

Em 1941, quando são reproduzidas, na imprensa local, palavras de Agamenon Magalhães, ex-ministro do Trabalho, valorizando a Educação Física,¹⁷ é instituído, na Semana da Pátria, pelo Departamento Estadual de Saúde, o Concurso de Robustês, “cuja finalidade é fazer conhecido aos brasileiros o índice de robustês de seus filhos” (CS, 1941, n.68, p.1); em Ijuí, 22 crianças participaram do concurso (CS, 10 set. 1941, p.1). Também em 1941, a Liga Ginástica e Cantores, já não chamada Clube Alemão, organiza um Festival de Ginástica.¹⁸

As resistências culturais

As vibrações patrióticas, o rufar dos tambores da Banda Municipal, as passeatas cívicas, os discursos inflamados, a Brasileira

¹⁷ CS, 17 maio 1941. Alcir Lenharo denomina essa valorização do esporte e da atividade física, associada à disciplinarização do trabalhador, de “militarização do corpo” (Lenharo, 1986, cap. 3).

¹⁸ Entre os teutos da região já existia uma tradição de ginasticismo; no final da década de 20, a *Serragau*, Liga de Ginástica da Serra, contava com seis sociedades federadas (CS, 27 jun. 1929, p.1).
¹⁹ Segundo R. Gertz, a pressão “nativista” no País já existia desde os anos 20 e intensificara-se após a Revolução de Trinta. “No Rio Grande do Sul, porém, o governo Flores da Cunha constituiu um

na Biblioteca Municipal, todo esse aparato patriótico parecia não ter ressonância entre alguns cidadãos. Em vários momentos, principalmente durante o conflito mundial, a campanha nacionalista fez de certas resistências uma questão policial.¹⁹

Já no final de 1937, entre os despachos da Delegacia de Polícia, estão autorizações para reuniões, requeridas pelas associações locais; um desses é para a União da Juventude Teuto-Brasileira realizar reuniões esportivas (CS, 1937, n.101, p.2). O registro das associações culturais, recreativas e desportivas era feito na Delegacia de Estatística, sendo necessária a apresentação do nome e da nacionalidade dos sócios (CS, 22 out. 1938, p.2). A apreensão de um retificador de Leopoldo Löw, filho do fundador do *Correio Serrano* e rádio-amador autorizado, dá origem a boatos (em outras cidades) de que havia uma estação de rádio clandestina em Ijuí.²⁰

Após o estouro do conflito mundial, as medidas tornam-se mais rigorosas. O chefe de polícia local, capitão Aurelio Py, divulga instruções de que “as prédicas religiosas deverão se feitas em língua nacional” e apenas “após

forte entrave para o avanço dessas tendências ‘nacionalizadoras’ e por isso a campanha irrompe quase abruptamente com o Estado Novo, quando se unem autoridades federais e novos detentores do poder estadual” (Gertz, 1991, p.63). “A repressão, porém, se generaliza e brutaliza em 1942 com o afundamento dos navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha. Nesse momento, inclusive em função da pressão popular, o governo perde o controle sobre a “nacionalização” (Ibid., p.68).

²⁰ CS, 1939, n.100, p.2 e 27 dez. 1939, p.1. Aparelhos de rádio receptores sem o registro anual podiam ser apreendidos (CS, 8 abr. 1939, p.2).

realizada a pré-dica em vernáculo, os ministros de culto repetirão na mesma língua das pessoas presentes à cerimônia, se o número delas for bastante elevado ou julgarem oportuno” (CS, 15 nov. 1939). Curiosa, mas não incompreensivelmente, a lei dos 2/3, que garantia parte do mercado de trabalho aos trabalhadores nacionais, existente desde 1931, passa a ser aplicada no município no final da década, causando, por exemplo, a demissão de dois trabalhadores de uma cervejaria (R. Weber, 1989, p.21).

A situação peculiar de Ijuí - como de outras cidades sulistas - motivava a verve de articulistas de outros lugares do País. De um jornalista que passou pela vila em 1928 são transcritas, doze anos depois, oportunamente, suas impressões sobre a cidade. Entre essas, a de que as crianças de colégios particulares alemães cantam, ao meio-dia, *Deutschland über Alles*.²¹ Quanto ao ensino, os efeitos do programa doutrinário do Estado Novo não tardaram a manifestar-se em Ijuí:

E, logo, em princípios do ano vindouro, espera a Diretoria da Instrução Pública Municipal, seção recentemente criada para, especialmente, atender às necessidades do ensino em Ijuí, arregimentar a população escolar das aulas municipais, em núcleos de escotismo, afim de incentivar nas crianças sentimentos mais objetivos de civismo, tão necessários nesta zona, de habitantes de origem alienígena. [ALBUM, 1940, s.p.; grifo meu]

A ausência de escolas é o mote utilizado

²¹ CS, 3 mar. 1940, p.2. O artigo foi enviado pela Diretoria de Propaganda e Publicidade do Governo de São Paulo; a editoria do *Correio Serrano* retransmite algumas informações.

para justificar a existência de um jornal editado em alemão em pleno período de radicais campanhas nacionalistas:

“Serra-Post”, jornal brasileiro editado em alemão, ainda é, hoje, o jornal de milhares de lares dos desbravadores de sertões que não tiveram a dita, a seu tempo, de disporem de uma escola onde se ensinasse o nosso idioma. Já temos escolas por toda a parte; mas as gerações adultas, essas que com o amanho da terra colaboraram para o engrandecimento do País, vivem espalhadas pelo interior das colônias na ignorância plena do belo idioma de Camões. Para essas gerações, velhos esteios do nosso progresso, é que “Serra-Post” serve de “ponte” entre o passado e o presente cheio de ensinamentos e modalidades novas de Regime que, sem violências ou vexames, a todos indica o lugar que lhes compete dentro da comunhão Brasileira. (ALBUM, 1940, s.p.)

Esse é um discurso sinuoso, que tenta contornar, sem confrontar, obstáculos efetivos. Meses antes da edição do Album Comemorativo, *Die Serra-Post* fora suspenso por ordem do chefe de polícia; no ano seguinte, o *Correio da Serra* aparece para substituir o *Serra-Post*, que no início de 1942 tem seu registro cancelado e deixa de circular.²² O redator habilmente contrapõe uma característica negativa dos leitores do *Serra-Post*, o desconhecimento do “belo idioma de Camões”, a outra positiva, a dedicação ao trabalho, mais especificamente ao trabalho rural. O discurso tam-

²² CS, 1940, n.44, p.1; 1941, n.71; 1942, n.11, p.3. O *Correio Serrano* foi, de certa forma, a versão em português de *Die Serra-Post*, proibido de circular em novembro de 1917 por consequência da Primeira Guerra.

bém propõe uma distinção entre as novas e as antigas gerações, sugerindo um *sursis* para a efetivação da brasilidade nessas regiões.

Mas alguns ideólogos tinham pressa. A entrada dos Estados Unidos na guerra, país com quem o Brasil tinha “compromissos”, contra o Eixo, dá novos argumentos aos nacionalistas. O texto, a seguir, foi inicialmente publicado no *Jornal do Estado*, num artigo intitulado “Nacionalidade sem Prefixos”:

Aos estrangeiros, acobertados à sombra magnânima do nosso pavilhão, em ocasiões como esta, que vive o País, em face de um compromisso internacional, cabe respeitar a nossa atitude, a honra da nação de que recebem os favores da hospitalidade. (...) Acabemos, portanto, com o uso esdrúxulo dos prefixos gentílicos. Nem ítalos, nem teutos, nem nipos. No Brasil só há brasileiros ou estrangeiros. (CS, 28 jan. 1942)

Tempos de guerra; os quintas-colunas

Antes mesmo da entrada do Brasil na guerra, isto é, quando o País rompe as relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, em janeiro de 1942, o cerco começa a fechar-se sobre os habitantes dessas nacionalidades no Brasil, para os quais a chefia de polícia local baixa instruções: “proíbe-se o uso dos idiomas em lugares públicos; livros propagandísticos devem ser apreendidos; emissoras estrangeiras interditas; exige-se a entrega de armas e munições” (CS, 31 jan. 1942, p.1 e 4 fev. 1942,

²³ CS, 14 mar. 1942, p.6. Quinta-coluna (ou quinta-colunista), termo de origem espanhola, significa “pessoa (estrangeira ou nacional) que atua subrepticiamente num país em guerra ou em via de entrar em guerra com outro, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda subversiva” (Aurélio B. de H. Ferreira, *Novo*

p.4). Após o afundamento de dois navios brasileiros, um político local escreve indignado ao *Correio Serrano*:

Os asseclas e os escravos do nazismo entre nós, quinta-colunistas que se entregaram de corpo e alma ao gran-Senhor de Berlim, devem, a estas horas, entre paredes, estar risonhos e felizes, batendo palmas, às escondidas, pelos desapiedados afundamentos de navios brasileiros, que transportam pessoas indefesas e inocentes.²³

O próprio prefeito municipal, Emilio Martins Bühler, em uma concentração, discursava acerca dos alemães:

(...) que se criaram com a fartura da terra, muitos esqueceram os benefícios recebidos, e sugestionados pelas ideologias novas, trazidas de encomenda pelos escravos do nazismo, com esses se uniram para a trama diabólica de implantar o regime nazista, e conseqüente conquista territorial, no Brasil!!! (CS, 25 mar. 1942, p.1)

Semanas depois, o Brasil entra na guerra; fala-se na "completa coesão da Família Ijuicense na Defesa da Pátria" (CS, 1942, n.68, p.2); reaparece *O Nacionalista*; Ijuí passa a sediar uma guarnição da Força Federal (CS, 1942, n.86, p.1); os ijuenses doam metais usados na campanha Pirâmide da Pátria (CS, 1942, n.83, p.6).

Quais os efeitos das medidas governamen-

Dicionário da Língua Portuguesa, 2 ed., 1986). O tema das intenções político-militares alemãs no sul do Brasil é retomado nos anos 30 e debatido principalmente nos círculos militares dos Estados Unidos; contudo, a existência de um plano de conquista da América do Sul não pode ser comprovada (Gertz, 1987, p.74-75).

²⁴ Informações de Regina Frantz, 16 maio 1986. Nesses livros, pode-se ainda ler o carimbo da Biblioteca.

tais sobre a população germânica local? A censura aos livros ocasionou a desativação da Biblioteca Alemã da Igreja Católica, a *Deutsch-Kath-Kirchengemeinde*, sendo os livros espalhados entre seus leitores. Um destes enterrou os livros e desenterrou-os mais tarde, quando não havia mais problemas.²⁴

Pelas atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Ijuí, pode-se acompanhar o cerceamento à participação dos estrangeiros. Em 3 de maio de 1942, o presidente do sindicato alerta contra os boatos de que os estrangeiros não teriam direito de se sindicalizarem, afirmando que "não devemos deixar-nos convencer por elementos nocivos à classe e à nação e que todo o operário que descobrir qualquer indivíduo com idéias contrárias ao nosso regime social ou nacional deverá comunicar imediatamente que ele tomará as medidas que se fizerem necessárias".²⁵ Quando se efetiva a participação do Brasil na guerra, os "direitos" sindicais dos estrangeiros são definidos em decreto:

(...) passou à leitura de uma circular do Ministério do Trabalho que dá instrução como devem proceder os operários em face da situação porque atravessa a nossa pátria e que diz no artigo 8º que os estrangeiros pertencentes aos países em guerra com o Brasil não poderão serem votados em eleições nem poderão frequentar as reuniões sindicais, poderão sim serem sócios dos sindicatos uma vez que não manifestem doutrinas contrárias aos interesses da nação. (Idem, 4 out. 1942)

²⁵ Atas do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Ijuí, 3 de maio de 1942. Na sessão do mês seguinte, foram distribuídas carteiras sindicais, várias das quais pertencentes a estrangeiros, o que, para o presidente, desmentia os boatos (Idem, 7 jun.1942).

Os tradutores, então, estavam dispensados. Na redação da ata do Círculo Operário, o registro é pitoresco: "obedecendo às leis do Governo Federal, nenhum sócio estrangeiro pertencente ao eixo, poderá tomar parte ativa nem comparecer a reuniões deste C.O.I." (*Livro de Atas do Círculo Operário de Ijuí*, 15 nov. 1942).

O uso da língua alemã foi o que provocou maiores represálias à população local; mesmo em situações de vida privada, as pessoas podiam ser surpreendidas pela polícia:

Foi uma turma, tavam festejando um noivado...um parente, inté. E numa hora dessas chegou a polícia lá. Todo mundo prá delegacia! "Ah, o que que houve?" "Pois é, veio denúncia aí que tavam falando alemão". Bom, ninguém não podia negar. Chegamos na delegacia, todo mundo prá cadeia; aliás, as mulheres foram prá casa e os homens todos prá cadeia, ficamos 24 horas lá.²⁶

Eram doze homens que ficaram "num quartinho de dois por dois". A criminalização do uso da língua alemã tornava as dependências da delegacia local pequeno para tantos infratores. O outro motivo freqüente para prisões era a sintonização de emissoras alemãs:

Botaram tanta gente na cadeia, porque disseram que quem tinha rádio, que escutava notícia alemão, ia prá, pro xadrês e botavam gente na cadeia. O O.L. tava na cadeia. (RW) Meu sogro também tava na cadeia. (N. S. R., entr., 30 out. 1986)

²⁶ G.G.W., entrevista, 9 out. 1986. As instruções da Chefia de Polícia, de janeiro de 1942, proibiam aos estrangeiros reuniões "ainda que em casas particulares e a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.)" (CS, 31 jan. 1942, p.1).

O relato seguinte, que contém elementos da ideologia étnica teuto-brasileira, mostra como a conjuntura da guerra e do movimento nacionalizante sobrepõem-se ao quadro étnico da cidade:

Até a firma S. tava sendo apelidada, na época da perseguição do estrangeiro, como "quinta coluna". Na firma S. só trabalhava gente de origem, porque S. era alemão e ele dava preferência prá gente de origem porque...eles pelo menos trabalhavam mais, né, fazia mais produção. Então na época até se chamava aquela firma S. como "quinta-coluna". (...) Inclusive na época da guerra eu também fui preso uma vez. (RW) Eu falei alemão e aí...tinha um ... polícia secreta... Aquela época qualquer pessoa podia ser polícia secreta. Então nós falamos em alemão, depois de...detardezinha, depois do serviço. E o cara ouviu e...denunciou! No outro dia fui preso. Fiquei 72 horas. (...) Na época da guerra, o S., ele era obrigado a empregar, um terço dos empregados deviam ser brasileiros nato. (...) O S., para não criar complicações com as autoridades, então ele foi obrigado a empregar um terço empregados brasileiros; onde também este entrou, né, polícia secreta.²⁷

Denúncias feitas por vizinhos e colegas de trabalho, que redundavam em encarceramento, sugerem que a "coesão da família ijuicense" realizava-se tomando alguns de seus membros como inimigos. Alguns entrevistados comentam que, entre certos habitantes, havia efetivamente entusiasmo com o desempenho da Alemanha na guerra:

(...)porque o noticiário não se perdia. Que en-

²⁷ F.D., entrevista, 3 nov. 1986. A preferência de proprietários de indústrias por trabalhadores que fossem alemães natos foi comentada por G.Seyfert (1982, p.9).

tão dava notícia, que tantos e tantos navios a Alemanha afundou e tal e tal e tal e então uuhhh, aquilo era então festa lá! (...) bom, então houve uma complicação tremenda lá prá eles; por causa disso tiraram o rádio, depois devolveram o rádio, mas capado, aquela onda eles não podiam mais escutar. (A. W., entr. 21 jun. 1986)

Nos primeiros meses de 1942, é noticiado o sucesso do livro *A quinta-coluna* em todos os estados brasileiros (CS, 1942, n. 27, p.6). Seu autor, o coronel Aurélio Py, chefe de polícia do Estado, ocupou durante o ano de 1939, o posto de chefe de polícia em Ijuí. Alguns ijuíenses são nomeados no livro (Py, 1942). O jornalista ijuicense Nicolau Mendes, proprietário de *O Nacionalista*, também escreveu um livro, *Combatendo a quinta-coluna*, que obteve "a mais franca aceitação entre o distinto público" (CS, 1º maio 1943, p.6). No livro, o autor fala em "sabotagem" para explicar a suspensão da circulação de *O Nacionalista*, acusando a empresa gráfica que o imprimia, cujos proprietários eram alemães e com os quais contraiu dívidas não saldadas (CS, 23 jul. 1943, p.2 e 30 jun. 1943, p.5).

A derrota de Hitler é mais um momento propício a manifestações germanóforas. Um pastor local, sentindo-se ofendido por discursos feitos em um comício comemorativo da queda de Berlin, telegrafa ao interventor federal dizendo que ele e sua religião foram insultados. Numa "Carta Aberta ao Pastor Jost", um dos oradores, capitão José Antonio de Mélo Portéla, do 1/4º R.A.D.C., um adventício na cidade (CS, 1945, n.86), replica, retomando o próprio discurso e reafirmando-o:

Terminei dizendo: "ijuíenses, acabou de vez com as tradições estrangeiras em vosso município, como por exemplo, os segundos dias de Pás-

coa e Natal e outras mais, que só são comemorados onde os elementos de origem alemã são predominantes. Eles são um vilipêndio à nossa Bandeira e um insulto à defesa do Brasil e de suas tradições". (...) Gostei do vosso telegrama ao exmo. Interventor, pois caso haja algum inquérito terei a oportunidade de dizer tudo que vai acima, e muitas cousas mais que sei, ouvi e observei nestes quasi dois anos e meio nesta cidade ex-meio ariana e também apresentar sugestões para nacionalização integral de alguns elementos rebeldes e renitentes que, apesar de nascidos no Brasil, criados no Brasil, nele enriquecidos, aproveitando-se das liberdades de uma verdadeira democracia e de um espírito liberal, humano e bondoso como o nosso, persistem em conservar tradições, falar a língua alemã e ainda se consideram alemães, apesar da derrocada espetacular do "super-homem" ignorante e bárbaro ariano-germânico. (CS, 23 maio 1945, p.6)

A carta dá a conhecer que a conjuntura de guerra propicia a emergência de conflitos e preconceitos étnicos, pois, mais que a precariedade do civismo dos teuto-brasileiros, é sua própria cultura, manifestada em tradições, hábitos religiosos e preservação da língua, que incomoda alguns cidadãos.

Referências bibliográficas

- ACKER, Celso H.; ALMEIDA DA SILVA, Marilda. A Liga de Defesa Nacional e o G.I.L. *Jornal da Manhã*, Ijuí, 29 set. 1990. Caderno Dois, p.3. (Cadernos do Centenário, 6).
- AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (1938).
- BARBIAN, Hilário. *Círculo operário e sindicalismo em Ijuí/RS-1923/1946*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. (Dissertação de Mestrado.)

- CALLAI, Jaeme. *A agricultura na história de Ijuí*. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1987.
- FISCHER, Martin. A colonização de Ijuí: um retrospecto histórico, sociológico e étnico. In: MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA. *Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí*. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1987 (1967). p. 21-45.
- GERTZ, René. *O facismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.151-166.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Museu Antropológico "Diretor Pestana"/Fidene, 1977.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus/Editora da UNICAMP, 1986 (1985).
- MÜLLER, Telmo L. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.
- MÜLLER, Vera. *A imprensa alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC/RS, 1985. (Monografia para o curso de Jornalismo.)
- PY, Aurelio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil. A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969(1962). 2v.

- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978(1914). (Brasiliana, 17.)
- SEYFERT, Giralda. *Aliga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.10, n.18/19, p.113-155, jun./dez.1989.
- _____. *A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira*. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.37, 20 out. 1982.
- WEBER, Regina. *A formação do trabalhador fabril: história oral em Ijuí/RS*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1989. (Dissertação de Mestrado.)
- _____. *Os inícios de industrialização em Ijuí*. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1987.

Fontes

- ALBUM Comemorativo do Cinquentenário da Fundação de Ijuí-1890/1940. Ijuí, Comissariado da Grande Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Cultural Comemorativa do Cinquentenário da Fundação de Ijuí, 1940.
- ATAS do Sindicato Industria e Comercio de Ijuí, Ijuí, 1935/1936
- ACTAS do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Ijuí, Ijuí, 1941/1946.
- LIVRO DE ATAS do Círculo Operário de Ijuí. Ijuí, 1936/1958.
- PROGRAMA Oficial do Centenário de Ijuí. Ijuí, PMI/ACI/COTRIJUÍ, 1990.
- CORREIO SERRANO. Ijuí, 1917/1945.
- Fontes orais: entrevistas com trabalhadores fabris ijuíenses dos anos trinta e quarenta.